MINUTO BARRA

25/11: MPF E POLÍCIA FEDERAL MIRAM GESTÃO DA PREFEITA BELEZINHA EM CHAPADINHA

Posted on 25/11/2022 by Minuto Barra



Segundo uma investigação em curso, a gestão da prefeita Belezinha informou falsamente no sistema do ministério da saúde a realização de 207 mil terapias pós-covid entre janeiro e junho de 2022. Chapadinha possui 80 mil habitantes.

Category: Notícias

A gestão da prefeita Belezinha do município de Chapadinha encontra-se na mira do Ministério Público Federal, CGU e Polícia Federal.

Uma investigação em curso aponta para um vergonhoso escândalo dentro da prefeitura de Chapadinha. Segundo o MPF, a secretaria municipal de saúde de Chapadinha alimentou falsamente o sistema do ministério da saúde para receber milhões de reais no setor da covid-19.

O município possui 80 mil habitantes. Ocorre, que entre os meses de janeiro e junho deste ano(2022), a prefeitura alimentou o sistema do ministério da saúde informando a realização de 207.969 atendimentos de terapias em pessoas que foram acometidas pela Covid-19.

Se a informação fosse verdadeira, Chapadinha seria considerada a cidade no Brasil em que mais se realizou terapias pós-covid.

Terapias pós-covid é quando o paciente se recupera da doença mas fica com sequelas e precisa de tratamento.

Das 20 cidades no Brasil que informaram ao ministério da saúde falsamente a realização de milhões de atendimentos terapêuticos pós-covid, 19 delas encontra-se no Maranhão.

Dos R$ 21 milhões repassados pelo ministério da saúde entre janeiro e junho deste ano para as prefeituras de todo o Brasil tratarem pacientes recuperados da doença e com sequelas, 93% do valor total veio para 19 cidades do Maranhão. Um total de R$ 19,7 milhões.

O Ministério Público Federal divulgou os nomes de sete prefeituras do Maranhão com os maiores números e que aponta para um esquema que poderá levar muitos gestores para a cadeia. São elas;

Chapadinha- governada pela prefeita Belezinha

Pedreiras- governada pela prefeita Vanessa Prazeres

Bacabal- governada pelo prefeito Edvan Bradão

Coelho Neto- governada pelo prefeito Bruno Silva

Urbano Santos- governada pelo prefeito Cleminton Barros

Amarante do Maranhão- governada pelo prefeito Vanderly Gomes

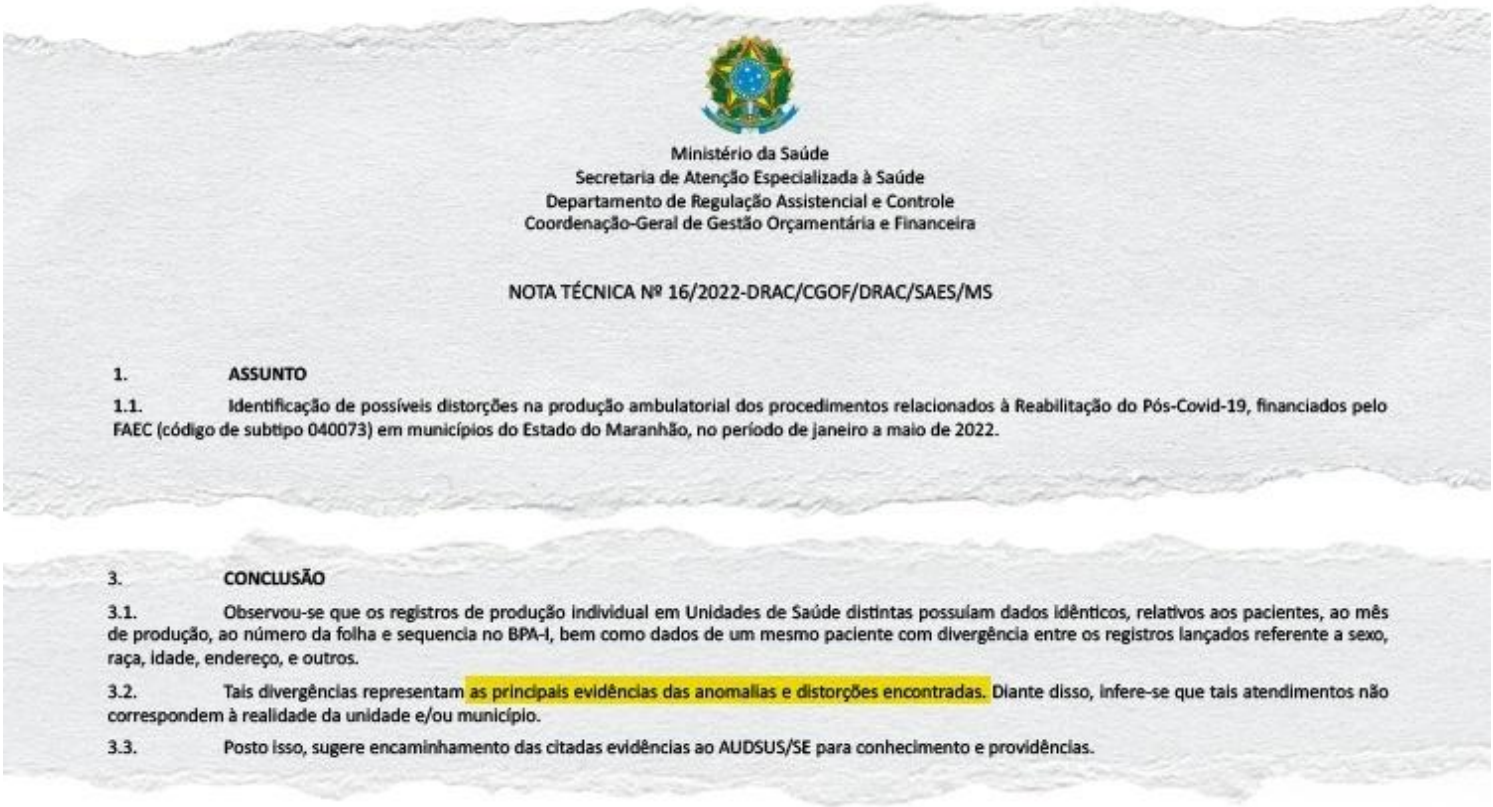
Nina Rodrigues- governada pelo prefeito Raimundo Aguiar

O MPF (Ministério Público Federal) no Maranhão abriu 33 investigações sobre repasses de dinheiro para prefeituras do estado relacionados ao tratamento para sequelas do coronavírus. Cada apuração se refere a um município.

Numa dessas investigações, o MPF obteve o bloqueio de R$ 688 mil repassados à Prefeitura de Mata Roma (a 180 km de São Luís). De acordo com a decisão do juiz da 5ª Vara Federal do Maranhão, Arthur Feijó, estima-se que a prefeitura só precisou de 7% do que realmente recebeu para cuidar dos pacientes.

O juiz mandou confiscar a diferença dos valores, sob a suspeita de que a verba tenha sido recebida sem a realização dos atendimentos. Entre janeiro e abril deste ano, a cidade ganhou R$ 743 mil para atender pacientes no tratamento pós-covid.

As investigações nos 33 municípios começaram a partir de uma nota técnica do Ministério da Saúde feita em setembro. O documento mostra que foram gastos R$ 21 milhões com o tratamento em todo o Brasil. As prefeituras do Maranhão ficaram com R$ 19,7 milhões apenas no período entre janeiro e maio deste ano, ou seja, 93% do total.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Regulação Assistencial e Controle
Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária e Financeira

NOTA TÉCNICA Nº 16/2022-DRAC/CGOF/DRAC/SAES/MS

1. **ASSUNTO**

1.1. Identificação de possíveis distorções na produção ambulatorial dos procedimentos relacionados à Reabilitação do Pós-Covid-19, financiados pelo FAEC (código de subtipo 040073) em municípios do Estado do Maranhão, no período de janeiro a maio de 2022.

3. **CONCLUSÃO**

3.1. Observou-se que os registros de produção individual em Unidades de Saúde distintas possuíam dados idênticos, relativos aos pacientes, ao mês de produção, ao número da folha e sequencia no BPA-I, bem como dados de um mesmo paciente com divergência entre os registros lançados referente a sexo, raça, idade, endereço, e outros.

3.2. Tais divergências representam as principais evidências das anomalias e distorções encontradas. Diante disso, infere-se que tais atendimentos não correspondem à realidade da unidade e/ou município.

3.3. Posto isso, sugere encaminhamento das citadas evidências ao AUDSUS/SE para conhecimento e providências.

Esse volume de pagamentos levantou suspeitas, diz o procurador Juraci Guimarães.

> *Os municípios maranhenses receberam 93% do Brasil todo, quase R$ 20 milhões. Tem municípios maranhenses que gastaram mais do que estados inteiros. Só isso já é um indício de irregularidade"*

> *Juraci Guimarães, procurador*

Segundo ele, as fraudes podem ter utilizado inteligência artificial e técnicas automatizadas de preenchimento de formulários digitais. “Nós suspeitamos que, em algumas cidades, essas informações são inseridas nos sistemas a partir de um algoritmo”, afirmou o procurador.

Os pagamentos dos atendimentos pós-covid são feitos diretamente pelo Ministério da Saúde, sem ajuda de emendas parlamentares.

O CAMINHO DO DINHEIRO PARA REABILITAÇÃO DA COVID



1

Paciente com sequelas da covid-19 é atendido em unidades de saúde do SUS para tratamento de reabilitação

Cada atendimento é informado à Secretaria de Saúde do município



2

O munícipio informa a quantidade de atendimentos ao Ministério da Saúde



3

O Ministério da Saúde, por meio do SUS, repassa R$ 21,69 ao município para cada atendimento

Fonte: Ministério da Saúde

No entanto,

14 procuradores do MPF do Maranhão também investigam repasses com intermediação de emendas parlamentares, sejam as comuns ou as do chamado “orçamento secreto”. A Justiça já bloqueou mais de R$ 90 milhões nas verbas vindas por emendas, de acordo com Guimarães.

Para o procurador, há um esquema criminoso similar entre o observado nas fraudes com emendas e as irregularidades de tratamentos para sequelas do coronavírus. “A gente viu que esse mesmo procedimento estava sendo adotado para o pós-covid, ou seja, a mesma expertise criminosa estava sendo adotada na inserção de dados falsos.”

Procurador reclama de ‘descontrole’ de ministério

O procurador criticou o Ministério da Saúde pela falta de informações. “O descontrole é tão grande, a falta de controle do Ministério da Saúde. Hoje, todo sistema, por mais simples que seja, identifica quem é o servidor e quem ‘logou’ , a que horas. É fácil. Já o Ministério da Saúde, tanto nas emendas quanto no pós-covid, diz que não sabe”, afirmou.

O procurador lembra, contudo, que a apuração sobre a verba do pós-covid começou a partir de uma denúncia do próprio Ministério da Saúde.

Para ele, não é possível hoje saber quais nem quantas são as pessoas envolvidas, porque a apuração está em fase inicial. Na avaliação do procurador, há servidores municipais que realizaram inserção falsa de informações — Guimarães diz, porém, que não se sabe se estão envolvidos também empresários, administradores municipais (prefeitos ou secretários) e federais (como servidores e autoridades do Ministério da Saúde, em Brasília).

“Esse dinheiro, se ele não é utilizado, ele é desviado”, afirma.